

# FORMAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LAR ESPERANÇA SOBRE O RACISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Bernardeth de Lourdes Gondim Coelho  
Cláudia Maria Rodrigues de Souza  
Patrícia Chaves Brainer  
Antonia Ozana Silva Luna de Castro

## 1. INTRODUÇÃO

A formação dos(as) trabalhadores(as) que atuam nos serviços de acolhimento institucional se mostra fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural e institucional, fenômenos que se manifestam de forma desleal no cotidiano das crianças acolhidas. Diante de um cenário em que o preconceito racial perpetua desigualdades e impacta o desenvolvimento integral na primeira infância, torna-se imprescindível problematizar essas questões e buscar práticas que promovam ambientes inclusivos e equânimes.

O racismo estrutural se refere a um sistema de opressão enraizado nas instituições, práticas, políticas e normas sociais que, historicamente, reproduz e perpetua desigualdades entre grupos raciais. Esse fenômeno não se restringe a atitudes individuais, mas se manifesta de forma sistêmica e estrutural, influenciando todos os aspectos da vida social – desde o acesso à educação, saúde, moradia, trabalho até a justiça e segurança pública.

As características fundamentais do racismo estrutural incluem, por um lado, a recusa em reconhecer o racismo como um sistema opressor e, por outro, a promoção de uma noção de humanaidade universal. Essa combinação possibilita que as desigualdades

sejam encaradas como um elemento natural das relações sociais, desconsiderando as diversas identidades raciais que constantemente influenciam e moldam essas interações (Almeida, 2018).

No caso da criança negra brasileira, a sua história familiar já carrega o peso de uma tradição de exclusão dos direitos de cidadania, uma vez que, na formação do Estado Liberal, a escravidão permanecia como uma prática legal (Nogueira, 2019). Assim, o racismo, intensamente presente na atualidade se revela particularmente devastador para a pessoa negra, iniciando-se na infância e acompanhando-a ao longo de toda a vida, até a velhice (Gomes e Araújo, 2023).

No contexto da primeira infância, o racismo estrutural se traduz em barreiras que limitam o acesso das crianças negras a ambientes de cuidado de qualidade, interferindo diretamente em seu desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional. Essa forma de racismo impõe desafios adicionais para as crianças já vulneráveis ao serem afastadas dos cuidados parentais e inseridas em contextos institucionais, reforçando um ciclo de exclusão e desigualdade que demanda intervenções específicas e políticas públicas inclusivas para a promoção de uma sociedade mais equânime.

No Brasil, crescer como criança negra significa vivenciar a constante realidade do racismo, o que pode resultar em uma maior exposição ao estresse tóxico, decorrente de traumas e das condições de pobreza perpetuadas por essa discriminação (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021).

Diante do que foi exposto, destacamos que a criação de ambientes acolhedores e antirracistas é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento e a proteção integral de crianças e adolescentes que vivenciam a experiência do acolhimento institucional. Esses ambientes devem ser concebidos não apenas como espaços de proteção física, mas como lugares de cuidado afetivo,

aprendizagem cultural e construção de identidade, especialmente para aqueles que já se encontram em situação de vulnerabilidade.

Além disso, ambientes antirracistas implicam a adoção de práticas e políticas que visam combater ativamente as desigualdades raciais historicamente enraizadas na sociedade. Isso envolve, por exemplo, a valorização da diversidade cultural, a inclusão de conteúdos que dialoguem com a história e as contribuições da população negra, e a promoção de espaços de diálogo que permitam a discussão aberta sobre questões de raça e identidade. Ao integrar esses elementos na rotina dos serviços de acolhimento, os profissionais contribuem para a formação de identidades robustas e afirmativas, reduzindo os impactos do racismo estrutural que, de forma sutil ou explícita, podem prejudicar o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Assim, a justificativa deste trabalho reside na necessidade de sensibilizar e transformar as práticas institucionais que contribuem para a exclusão, visando a promoção de uma cultura de cuidado que respeite e valorize a diversidade. Nesse contexto, o Serviço de Acolhimento Institucional Lar Esperança, *lócus* deste projeto de intervenção, atua como um espaço de proteção e cuidado para crianças em situação de vulnerabilidade. Inserido em um contexto de políticas públicas que buscam garantir os direitos da infância, o Lar Esperança apresenta desafios específicos relacionados à materialização do racismo no cotidiano dos acolhidos, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

Assim, este estudo busca promover mudanças na realidade vivida no serviço, reconhecendo as particularidades de sua atuação e a importância de uma intervenção que dialogue com as práticas institucionais antirracistas. Diante deste contexto, a proposta interventiva desenvolvida consiste na realização de oficinas de formação direcionadas aos/as profissionais do Lar Esperança, com foco no enfrentamento do racismo na primeira infância.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada para a execução do projeto de intervenção “Oficinas de Formação para os Profissionais de Serviço de Acolhimento Institucional Lar Esperança sobre o Racismo na Primeira Infância” se baseia numa abordagem participativa e interdisciplinar, estruturada em etapas sequenciais que garantam a efetividade na identificação e no enfrentamento do racismo estrutural, institucional e cotidiano.

A proposta foi executada na Secretaria Executiva de Assistência Social, e destinada ao conjunto de trabalhadores(as) do Lar Esperança, unidade de acolhimento institucional sob a gestão do governo estadual. O objetivo central foi sensibilizar e qualificar tais profissionais para reconhecer e enfrentar o racismo estrutural, institucional e cotidiano, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso para as crianças acolhidas.

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico para identificar as percepções e conhecimentos prévios dos(as) trabalhadores(as) sobre o racismo e os desafios enfrentados no contexto do acolhimento institucional. Essa etapa possibilitou direcionar as oficinas de forma mais assertiva, considerando as realidades e necessidades específicas da equipe.

Em seguida, houve a realização de oficinas temáticas, organizadas em três eixos centrais. A primeira oficina “Racismo e inclusão social: direitos humanos das crianças como caminho para a igualdade” aprofundou as discussões sobre o racismo como violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, analisando como ele se manifesta no espaço institucional e quais estratégias podem ser adotadas para garantir equidade no acolhimento.

A segunda, “O racismo estrutural e institucional e seus efeitos na infância negra: desafios para crianças e famílias”, teve

como objetivo sensibilizar os profissionais sobre o impacto do racismo na vida das crianças negras e suas famílias, destacando as consequências dessa estrutura de desigualdade para o pleno exercício dos direitos humanos.

Já a terceira oficina, intitulada “Educação antirracista: práticas e estratégias para combater o racismo”, teve como propósito instrumentalizar os(as) profissionais na promoção de um ambiente inclusivo e igualitário, livre de racismo, por meio da adoção de práticas pedagógicas e institucionais antirracistas. A metodologia praticada foi fundamentada em princípios de inclusão, respeito à diversidade e igualdade de oportunidades, e teve como objetivo sensibilizar tais trabalhadores(as) do Lar Esperança, para que construam um espaço institucional comprometido com a equidade racial, garantindo que os direitos das crianças negras sejam plenamente reconhecidos e protegidos.

### **3. RESULTADOS**

Os resultados mostram o impacto positivo das oficinas na sensibilização e no empoderamento dos participantes, contribuindo para a construção de práticas cotidianas em uma sociedade mais justa e inclusiva. A partir das oficinas realizadas, alcançamos os seguintes resultados:

(1) Uma compreensão mais profunda sobre racismo estrutural, institucional e interpessoal, e como esses conceitos se manifestam na realidade do acolhimento.

(2) As oficinas proporcionaram um espaço para discutir a importância de valorizar a beleza negra e elevar a autoestima das crianças acolhidas, especialmente por meio da valorização dos cabelos e penteados afro-brasileiros.

(3) Uma sensibilização sobre a promoção da igualdade racial desde a infância, incentivando práticas inclusivas no ambiente do acolhimento e outras instituições.

(4) Com base na dinâmica da árvore e no vídeo “Meu Crespo é de Rainha”, pudemos promover reflexões enriquecedoras sobre a representatividade das crianças negras e a importância do acolhimento, amor e bem-estar.

(5) Os(as) participantes se mostraram mais preparados(as) para lidar com situações de acolhimento, buscando sempre promover um ambiente mais justo e igualitário.

(6) A identificação do interesse do grupo em continuar aprendendo e discutindo o tema, indicando a importância e relevância das oficinas.

(7) A ampliação de seus conhecimentos sobre o racismo estrutural, compreendendo como ele está enraizado na sociedade e se manifesta nas instituições.

(8) A partir da possibilidade do grupo repensar a importância da adoção de práticas antirracistas em seu cotidiano, foram exploradas estratégias concretas para enfrentar o racismo e construir ambientes mais inclusivos, promovendo equidade e respeito à diversidade.

(9) Oportunidade de realizar um debate significativo sobre a necessidade de pensar estratégias para fortalecer a identidade racial das crianças negras em acolhimento, reconhecendo o papel central da representatividade e do pertencimento na construção da autoestima desde a primeira infância.

(10) Reflexão sobre a violência simbólica e seus efeitos na infância negra e como esse tipo de violência se manifesta de maneira sutil e mais profunda, por meio da ausência de representatividade positiva e da reprodução de estereótipos nos espaços institucionais.

A convicção de que as oficinas contribuíram para o fortalecimento do papel protetivo e educativo do abrigo, principalmente

se a intervenção/inserção de práticas antirracistas estiver pautada nos propósitos do trabalho reparador do trauma da violência e da separação dos vínculos parentais vivenciados em tão tenra idade.

O reconhecimento de que os processos formativos precisam alcançar os(as) trabalhadores(as), e a autoproteção precisa alcançar todas as crianças, dividindo as dificuldades, gerando confiança, fortalecendo a autoestima e dando autonomia, para que prossigam na condução da educação antirracista, acolhendo e respeitando os medos, as inseguranças e o processo de desenvolvimento de cada uma delas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As oficinas sobre o enfrentamento ao racismo na primeira infância, realizadas com os(as) profissionais do Serviço de Acolhimento Institucional Lar Esperança, demonstraram a relevância de processos formativos que abordam, de maneira sensível e crítica, as manifestações do racismo estrutural, institucional e interpessoal no cotidiano do acolhimento. A experiência contribuiu para a ampliação da consciência sobre o impacto do racismo na constituição subjetiva das crianças, especialmente daquelas que vivenciam o rompimento de vínculos familiares em contextos de vulnerabilidade.

Os resultados evidenciaram uma maior sensibilização dos(as) participantes, que relataram compreender com mais profundidade a importância de práticas inclusivas e antirracistas desde a primeira infância. Elementos como a valorização da estética negra, o fortalecimento da autoestima das crianças, a escuta ativa e o cuidado afetivo foram destacados como fundamentais para a construção de uma ambiência institucional acolhedora e

promotora de direitos. Além disso, a metodologia aplicada com uso de dinâmicas, vídeos e rodas de conversa favoreceu a participação e a reflexão coletiva, permitindo a articulação entre teoria e prática, e gerando proposições concretas para o aprimoramento do trabalho cotidiano.

As falas dos(as) participantes expressaram o desejo de continuidade das formações e indicaram que a oficina gerou impactos positivos não apenas na percepção, mas também na disposição para a transformação de condutas e rotinas institucionais. Por fim, as oficinas reafirmaram a necessidade de consolidar a educação permanente como estratégia estruturante no SUAS, com destaque para a elaboração de uma matriz pedagógica voltada à temática do racismo na primeira infância.

O fortalecimento de ações intersetoriais, o envolvimento das famílias e da comunidade, bem como a escuta das próprias crianças devem compor os eixos de intervenções futuras. Somente assim será possível avançar na construção de serviços verdadeiramente antirracistas, que garantam às crianças negras, pobres e periféricas o direito a um cuidado ético, respeitoso e reparador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)> Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Resolução Conjunta n.º 01, de 18 de junho de 2009. Brasília, CNAS, CONANDA, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacaoesteticnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacaoesteticnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)> Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira.** São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021.

EURICO, M. C. **Racismo na infância.** 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

GALONI, L.L; SILVA, K. A. A; OLIVEIRA, G. R; PEIXOTO, A. C. A. O processo de institucionalização da infância preta em casas de acolhimento. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 13, n. 2, p.56-64, mai./ago. 2022.

HOOKS, b. **Meu Crespo é de Rainha.** 1. ed. São Paulo: Boitatá, 2018.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Governo de Pernambuco, por meio da Universidade de Pernambuco - UPE, Secretaria da Criança e da Juventude - SCJ e Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas - SAS, e especialmente aos profissionais do Lar Esperança pelo apoio e compromisso com este projeto interventivo.